



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140789 - GO (2021/0001680-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : SANDRO MORETH DE JESUS RAMOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por SANDRO MORETH DE JESUS RAMOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5524958-81.2020.8.09.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente em razão da suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2º-A, inciso I, do Código Penal.

Sustenta que faz jus à substituição da custódia preventiva pela cautelar de internação provisória por ser inimputável em razão da esquizofrenia, conforme previsto nos arts. 150 e 319, inciso VII, ambos do Código de Processo Penal.

Alega que o fato de o recorrente responder a outras ações penais não justificaria o seu encarceramento provisório.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja deferida a internação provisória ao recorrente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Do acórdão combatido extrai-se:

O decreto preventivo menciona o perigo da liberdade do paciente, que embora primário responde a diversas ações penais pelo mesmo fato, o que demonstra a necessidade de acautelar o meio social.

A circunstância assinalada denota que o paciente tem forte opção pelos crimes patrimoniais e a segregação antecipada parece atender reclamos de preservação da ordem pública, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Em decisão posterior, Sua Exa. indeferiu a substituição da custódia por internação psiquiátrica, por entender que o exame juntado aos autos foi

emitido há quase um ano, o que impossibilita averiguar a real situação do paciente. Também ressaltou a falta de informação de que o presídio onde ele se encontra não oferece condição para o tratamento adequado. Com efeito, não há documentos atualizados que comprovem a alegada inimputabilidade ou semi-imputabilidade, de modo a autorizar a internação em clínica especializada para tratamento, como dispõe o artigo 319, VII, do Código de Processo Penal.

Ainda, cumpre esclarecer que qualquer atendimento à saúde do paciente fica a cargo do diretor da unidade prisional decidir o encaminhamento, consoante artigo 120, II, da Lei 7.210.

Diante dessas considerações e do teor dos atos judiciais, motivados de forma idônea, não vislumbro gravame a ser reparado pela via mandamental.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente